



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

----- ATA NÚMERO DOZE DE DOIS MIL E VINTE E DOIS -----

-----Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Moura, no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Moura, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor José Domingos Negreiros Velez, coadjuvado pela Senhora Marisa Isabel Rodrigues Moita Ferreira e pela Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício.-----

-----Assinaram a “Lista de Presenças” (DOC.01/12), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

-----António José dos Santos Gomes; Maria Helena Gomes da Costa Pais; José António Prata Caeiro; José Francisco Lúcio Galego; Maria de Fátima Agulhas Calero Caro; Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro; Ana Maria Charrama Farinho; José Maria Prazeres Pós-de-Mina; António José Gonçalves Monteiro; Maria José Fialho Silva; Carlos Octávio Lúcio do Carmo; Maria Fialho Godinho Borrvalho Cabrita; José António Linhas Roxas de Oliveira; João António Ramos Diniz; José Prata Batista; Alfredo Manuel Frasquilho Guerra - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de São Miguel; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias – Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.-----

-----A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores José Francisco Calado Banha; Ana Paula Ventinhas Albardeiro Santana; Cidália Isabel Floreano Figueira e Lurdes da Conceição Pé Curto Balola.-----

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Para completar o lugar vago na mesa e para secretariar a Assembleia foi nomeada, pelo Senhor Presidente em exercício, para Segundo Secretário, a Senhora Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio. -----

-----Nos termos dos artigos 27º e 28º, do Regimento da Assembleia Municipal, pediram substituição, por um dia, que foi apreciada e aceite pelo Presidente da Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

-----João Augusto Espadeiro Ramos, tendo sido substituído pela Senhora Maria de Fátima Agulhas Calero Caro; André Claro Amaral Ventura, tendo sido substituído pelo Senhor José António Prata Caeiro; Gabriel Gustavo Boto Ramos, tendo sido substituído pela Senhora Natália de Jesus Costa Oliveira Pão-Duro e Carlos António Couraça Calhau, tendo sido substituído pelo Senhor António José Gonçalves Monteiro.

-----Pediram ainda substituição os membros Dulce Isabel Filipe Batista, Nuno Miguel Sousa Franco e Rui Pedro de Jesus Rodrigues, tendo sido convocados os seus substitutos Ana de Jesus Mendes Gaspar, Jonas António Condeça Castelhana e Amélia de Jesus Martins Raimundo Bandeira. -----

-----Verificou-se a ausência de Ana de Jesus Mendes Gaspar, Jonas António Condeça Castelhana e Amélia de Jesus Martins Raimundo Bandeira, da bancada do CH-Chega. -----

-----Faltou à Sessão o Senhor Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça. -----

-----Às dezoito horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a segunda reunião da sessão ordinária de setembro. -----

-----No uso da palavra e antes de dar continuidade à sessão e de passar a palavra aos eleitos da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia informou todos os presentes que o se tinha passado na Sessão da Assembleia Municipal anterior não foi prestigiante, pelo que solicitava a todos os eleitos e executivo camarário que o comportamento fosse mais civilizado e participativo, sem que houvesse falta de respeito. Seguidamente informou que foi rececionado no órgão, e o qual foi dado conhecimento a todos os membros, um email do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça a informar de que não iria estar presente, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

ninguém do executivo da referida Junta de Freguesia, acrescentando que sobre o conteúdo do mesmo, por respeito à Assembleia o mesmo não merecia qualquer comentário.-----

----- ORDEM DO DIA -----

-----8. **Apreciação da Informação do Exmo. Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Moura, acerca da Atividade Municipal, bem como da situação financeira do município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara Municipal de Moura, respetivamente nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 14º e no n.º 1, do artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.02/12)**-----

-----No uso da palavra, o Senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para continuação da apreciação do respetivo ponto da Ordem do Dia.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o eleito José Pós-de-Mina para além de lamentar a ocorrência verificada na última reunião da Assembleia Municipal aludiu a que fosse efetuado um esforço para se evitarem problemas e que de uma vez por todas se deixasse de procurar limitar as intervenções dos eleitos da Assembleia Municipal. Seguidamente e dado que a sessão anterior foi interrompida devido à sessão ter ultrapassado o tempo regulamentar, lembrou ter sido feito um conjunto de questões, quer por parte da eleita Diamantina Escoval, quer do eleito Gabriel Ramos, que ficaram sem resposta, propondo que se iniciasse por dar resposta às questões colocadas, tal como à questão sobre o ponto de situação ou sobre o futuro das obras no Ciclo Preparatório. No tocante ao investimento e equipamentos na Área Social, a CDU lamentava que a Associação Moura Salúquia não tivesse obtido favoravelmente o financiamento para a sua intenção de construção do lar no terreno disponibilizado pela Câmara Municipal, no entanto e no tocante à cedência de terreno efetuada pela autarquia à Associação Princesa Salúquia para a instalação de um equipamento para a área da saúde mental, referiu terem conhecimento de que a referida associação assinou um acordo exatamente igual com o Município de Alvito e que na sua

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



fundamentação, era efetuada referência a uma candidatura e que na referida candidatura era referenciada a disponibilização de cedência do terreno por parte do Município de Moura, contudo e visto a associação ter realizado o investimento nouro município, questionou o porquê da associação ter desistido de realizar o investimento em Moura e se houve qualquer condicionante que fez transitar o seu investimento para o Município de Alvito. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes e relativamente às questões acerca da Ligação entre a Rua das Hortas e a Rua do Areeiro colocadas pela eleita Diamantina Escoval na sessão anterior, o senhor Presidente da Câmara informou que o trânsito foi reordenado de acordo com aquilo que era a perspetiva do executivo de se ter um único sentido, mas caso houvesse necessidade de se efetuarem ajustes, os mesmos seriam efetuados. Relativamente à limpeza do espaço não construído, comunicou que nada tinha a ver com os serviços da autarquia, mas sim com o depósito de lixo efetuado por munícipes e que naquela situação era um habitante da Rua do Areeiro, sinalado pelos restantes habitantes, que durante a noite fazia depósito de lixo ilegalmente, situação essa que era impensável e com a qual a Câmara iria agir em conformidade com a lei. No tocante à questão sobre a Ponte do Coronheiro, aludiu que a autarquia iria averiguar a situação reportada e que posteriormente, após elaboração do relatório da análise seria enviada toda a informação a todos os eleitos da Assembleia. Quanto às Estradas Nacionais, a Câmara Municipal iria junto das Infraestruturas de Portugal fazer pressão para que fossem sendo feitos os trabalhos de conservação, com maior regularidade, em todas as estradas que eram da sua responsabilidade, acrescentando que a autarquia ia fazendo levantamentos das necessidades, enviando posteriormente essas necessidades à tutela. Sobre as obras no Ciclo Preparatório, comunicou ainda não estar definido nenhum programa e que a reunião com a Diretora da DGESTE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) ainda não tinha acontecido, mas tal como se tinha efetuado com o Centro Escolar atualmente em construção, a Câmara iria fazer com todos os equipamentos que viessem a ser construídos. Quanto à Associação Moura Salúquia e ao seu indeferimento no financiamento, salientou que aquilo que a Câmara poderia fazer era

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



puxar pelas instituições do Concelho de Moura e pelas que estavam implantadas no terreno para que pudessem ver as suas candidaturas aprovadas, bem como a construção de equipamentos que eram de extrema necessidade para todos e aquilo que de momento se estava a fazer era falando com a tutela para que futuramente o projeto da Associação Moura Salúquia fosse aprovado. Sobre a Associação Princesa Salúquia, afirmou que existia um terreno junto à Fundação São Barnabé, contudo havia questões que necessitavam de tempo para que o terreno passasse para a posse da referida associação, no entanto e dado que o Município de Alvito disponha de um terreno pronto a entregar, a Associação em causa decidiu e entendeu que deveria negociar com o Município de Alvito. Continuando e relativamente sobre as Infraestruturas do Centro Náutico de Moura informou que de momento o que estava em construção era a ASA (Área de Serviço para Autocaravanas) da Estação Náutica na Barragem de Alqueva e posteriormente seria a ASA da Aldeia da Estrela, acrescentando que a firma responsável pela empreitada da EDIA já tinha entregado o PSS (Plano de Segurança e Saúde), encontrando-se o mesmo para aprovação para que a empreitada pudesse iniciar, acrescentando que no tocante à empreitada da Câmara, o processo encontrava-se no Tribunal de Contas para aprovação. Acerca da questão colocada pelo eleito Gabriel Ramos sobre o Centro ABC (Algarve Biomedical Center), transmitiu que se estava muito próximo de se fechar o protocolo com a EDIA, para que as instalações da antiga pousada da Barragem passassem para a esfera do Município de Moura onde, em parceria com o Centro ABC, se iria construir um centro de alto rendimento desportivo, associado também ao processo de envelhecimento ativo da instituição. Prosseguindo e quanto à ASA da Aldeia da Estrela, frisou que foi realizada uma reunião com a Associação de moradores, em que se comprometeu em construir o campo, remodelar o parque infantil e garantir que o ASA convivesse plenamente com o resto das infraestruturas, mas, entretanto, com o passar do tempo e após ter havido um movimento, fez com que a obra não tivesse iniciado no prazo previsto, contudo estava-se a laborar no processo para que no próximo ano a estrutura do campo de jogos e do parque infantil estivesse montada tal como planeado. -----

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Tal como na reunião da sessão anterior colocou questões acerca da transferência de competências, a eleita Helena Pais esclareceu que as questões não eram pessoais, eram sim questões e preocupações da bancada da CDU, preocupações essas que resultavam da reflexão que a coligação fazia naquele âmbito e, tal como toda a gente sabia, a CDU não via a referida transferência de competências de forma ligeira, era necessário ir ao fundo das questões e ao questionarem não estavam a colocar em causa o trabalho que tinha sido efetuado pelos técnicos e funcionários da autarquia, nem muito menos da articulação com os diretores dos diferentes agrupamentos escolares, técnicos e funcionários da Câmara Municipal, que a CDU há muito conhecia e reconhecia o seu profissionalismo. Continuou frisando que a ausência de respostas continuava a preocupar os eleitos, bem como a transferência de encargos para a autarquia, mais ainda quando o vereador comunicava que até ao momento as verbas transferidas faziam face a todas as rubricas, assumindo não ter conhecimento se no futuro seria assim, o que causava preocupação relativamente ao futuro da educação e dos agrupamentos escolares do concelho, lamentando assim a falta de respostas a nível de quais as verbas já transferidas e como é que as mesmas estavam a ser aplicadas, questão pela qual aguardavam uma resposta. Seguidamente e relativamente à questão colocada como preocupação pela eleita Maria Fialho Cabrita acerca da competência atribuída à autarquia sobre a escola a tempo inteiro, a CAF (Componente de Apoio à Família), através de atividades destinadas aos alunos, quer do pré-escolar, quer do primeiro ciclo, antes ou após as componentes curriculares e das AEC's, ainda não ter iniciado, achava que a preocupação deveria ser outra, pois a questão revelava assim haver falta de articulação e previsão e sendo uma competência da autarquia, mencionou que a mesma não deveria ser apenas no final no dia, mas sim em todos os outros períodos. No tocante à alteração do horário escolar, esclareceu que o senhor Presidente da Câmara assumiu ter havido falta de articulação devido a ter tido conhecimento da situação tardiamente, contudo a referida situação não resultava de uma decisão da direção mas sim de uma decisão proposta pelos docentes do primeiro ciclo, proposta essa que foi apresentada ao conselho pedagógico pela coordenadora do primeiro ciclo. Prosseguiu, realçando que a transição de funcionários também era

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



uma preocupação, porque tendo em conta a interpretação que a CDU fazia da legislação sobre o assunto, os trabalhadores que transitam para os mapas de pessoal dos municípios continuam a exercer funções nos agrupamentos de escolas em que o fazem à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Os trabalhadores podem, contudo, acordar exercer funções em agrupamento ou escola não agrupada diferente. Tal acordo exige a concordância expressa do diretor do agrupamento de escolas em que os trabalhadores prestam serviço. Contudo solicitava que caso houvesse alguma falha na sua interpretação, gostaria que fosse esclarecida relativamente ao assunto. -----

-----Usou da palavra, o eleito José Pós-de-Mina para observar que relativamente à resposta sobre o Centro Náutico, aquilo que tinha sido questionado era quais eram, de momento, as infraestruturas físicas que existiam no Centro Náutico de Moura. Quanto à questão do Ciclo Preparatório mencionou que a questão colocada foi se estava identificada a necessidade de obras no Ciclo Preparatório, pois no acordo celebrado entre a ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) e o Governo tinham sido identificadas mais de quatrocentas escolas com três prioridades para intervenção, em que uma das escolas era o Ciclo Preparatório, logo e tendo o senhor Presidente da Câmara falado no centro escolar, frisou que a questão colocada anteriormente foi sobre as intervenções em concreto naquela escola, intervenções essas que estavam com prioridade dois conjuntamente com outras quarenta e uma escolas do Alentejo. Prosseguindo e dado que o Programa do Alentejo no próximo período de programação apenas detinha vinte e dois milhões de euros identificados, e tal como a senhor Ministra referiu no encontro Nacional da ANMP, encontro esse em que entenderam que não deveriam estar presentes, que o critério a ser seguido seria o critério da maturidade uma vez que iam ser abertos concurso, questionou se já havia ou não projeto para a escola em causa e que tipo de intervenções iriam ser efetuadas.

-----No uso da palavra, o eleito Carlos do Carmo questionou o senhor Presidente da Câmara se existia ou se estava previsto algum projeto para a antiga Escola de Trânsito junto aos campos de Ténis. No tocante às senhas de presença referentes à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

segunda reunião da Sessão da Assembleia Municipal, propôs à Mesa da Assembleia que as mesmas fossem anuladas.-----

-----Sobre o assunto das senhas de presença, o Senhor Presidente da Assembleia comunicou que iria verificar se tal situação era possível legalmente. -----

-----No tocante à questão do horário escolar, o senhor Presidente da Câmara comunicou que não havia falta de articulação, pelo contrário havia bastante articulação entre a Câmara e os dois agrupamentos escolares do concelho, o que aconteceu foi que o Conselho pedagógico decidiu de uma forma não tendo comunicado atempadamente a autarquia a alteração do horário. Relativamente às questões colocadas pelo eleito José Pós-de-Mina, mencionou que na sua intervenção anterior já lhe tinha respondido. Quanto à Escola Básica, tornou a frisar que era um caminho do qual a DGESTE e a CIMBAL (Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo) já tinham conhecimento sobre o que a Câmara Municipal pretendia, que era a construção de um novo Centro Escolar e que da mesma forma que se estava a construir o Centro Escolar dos Bombeiros, em diálogo com todos iria-se projetar e construir o próximo. Relativamente à questão sobre a atual Escola Fixa de Trânsito, informou ser um processo que decorria desde o mandato transato, pois a autarquia tinha um acordo com o Clube de Ténis e no local da Escola de Trânsito iriam ser construídos uns campos de Padel, acrescentando que a Câmara iria colaborar na questão da base e que o clube faria o resto, sendo este que posteriormente iria dinamizar os campos de Padel, tal como aconteceu com a recuperação dos campos de ténis em dois mil e dezanove, recuperação essa que contou com a colaboração da Câmara Municipal de Moura. -- -----

-----No uso da palavra e sobre a questão da transferência de competências na área da Educação, a vereadora Lurdes Balola indicou que devido a ser um processo que englobava uma série de parceiros e à sua forma de execução não seria um processo fácil e que da experiência até à data, verificava-se existir vontade de todas as partes para que o processo resultasse, sendo escusado insistir numa solução que nunca seria porque o processo já estava em execução e não era irreversível. Prosseguindo e indo de encontro à questão colocada pela eleita Helena Pais,

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



transmitiu que as AAAF's (Atividades de Animação e Apoio às Famílias) do Pré-Escolar iniciaram no primeiro dia de aulas e que desde o primeiro instante que estavam asseguradas, informando que no Agrupamento de Escolas de Amareleja, por decisão do agrupamento por considerar que as crianças tinham a necessidade de se adaptarem à escola, ao ambiente escolar e à separação das famílias, as AAAF's iniciavam sempre mais tarde. Quanto às AEC's (Atividades de Enriquecimento Curricular), tinham iniciado uma semana após o início do ano letivo devido à falta de articulação por parte do pedagógico da decisão de alteração ao horário escolar e o diretor de escola, não tendo sido tal situação comunicada à autarquia e à União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, tendo esta que se reajustar e encontrar respostas para a diferença de horário, acrescentando que o restante se encontrava a decorrer dentro da normalidade. Sobre a transição dos técnicos para os serviços da autarquia, aludiu ter sido feita essa apreciação e que na apreciação sobre as tarefas e o acréscimo de trabalho para os funcionários da autarquia era normal que na transição das tarefas houvesse necessidade de se ajustar o número de funcionários para que as mesmas fossem devidamente efetuadas e existindo um esvaziamento de um dos lados, era necessário dar resposta do outro lado, ou seja, era necessário haver uma boa gestão dos recursos para que os funcionários de ambas as partes se sentissem bem, para que as condições de trabalho fossem positivas. -----

-----No seguimento da primeira reunião da respetiva sessão da Assembleia e sobre as contas, o vereador José Banha disse que mensalmente a autarquia estava a admitir um conjunto de verbas que cobria por completo as despesas que se possuíam com o funcionamento das escolas e ao referirem que não sabiam como seria o futuro, era no sentido de que havia meses em que a verba era menor e outros maior, e por o valor não ser um valor taxativo no final do ano seria efetuada uma avaliação porque à anterior não foi entregue um mapa com as verbas que a Câmara iria receber mensalmente até ao final do ano. Continuou frisando que o mais importante, quer para a Câmara Municipal, quer para toda a comunidade era que o processo funcionasse bem entre ambas as entidades, funcionamento esse que até à data estava a decorrer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA



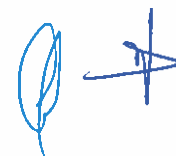
muito bem, pois até ao dia não havia encargos porque estava-se a ressarcir por via das receitas para cobrir os custos, acrescentando que a transferência de competências estava devidamente acautelada em termos financeiros pela receita que o estado estava a transferir ao município. Por último, salientou que até ao final do ano saber-se-ia quais as variações que haviam mensalmente e que a incerteza que poderia haver era a soma das partes que não eram números fixos e como tal seria efetuada a avaliação no final do ano para se averiguar se a transferência não tinha custos adicionais. -----

-----Visto que houve uma alteração ao projeto do Convento do Carmo, a eleita Natália Pão-Duro perguntou em que ponto de situação se encontravam as obras. Quanto ao Mercado Municipal sito na Praça Sacadura Cabral, questionou a autarquia se existia uma previsão para a conclusão das obras e para quando estava prevista a sua reabertura. -----

-----Relativamente à Fábrica de Painéis e sendo que foi anunciado que a montagem do equipamento estaria prevista para setembro ou outubro e que a mesma entraria em funcionamento em novembro, o eleito José Oliveira solicitou à autarquia informações sobre o assunto. -----

-----De acordo com a sua intervenção na sessão anterior acerca da transferência de competências na Área da Educação, a eleita Maria Fialho Cabrita mencionou que o assunto não era pessoal mas que o mesmo preocupava todos os habitantes do Concelho de Moura que tinham filhos em idade escolar, no entanto sendo eleita tinha o direito de indagar junto das direções e até mesmo junto da autarquia de modo a saber e perceber como as situações aconteciam. Prosseguindo, referiu existir uma incorreção porque de acordo com a portaria n.º 644 – A/2015, de 24 de agosto, os estabelecimentos escolares deveriam estar abertos a tempo inteiro, enquanto o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, previa que a escola a tempo inteiro incluía as AEC's, a CAF e as AAAF's. Sabia-se que de momento era a União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador que a promotora das AEC'S, contudo não fazia sentido que a CAF ainda não existisse e embora o senhor Presidente da Câmara tivesse comunicado que seria um assunto a rever no próximo

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ano letivo, era uma componente que não era obrigatoriedade ser da competência da autarquia, mas que poderia ser outra entidade, Centro Infantil, Juntas de Freguesia, Associação, com condições a avançar com o referido serviço, lembrando que existiam três modalidades na CAF, nomeadamente, manhã, tarde, manhã e tarde e pausa escolar. -----

----- Novamente no uso da palavra, a eleita Helena Pais mencionou não ter obtido resposta às questões que colocou, pois não sabia quais eram as verbas, quais as que tinham sido transferidas e que embora o vereador José Banha tivesse mencionado que o montante transferido fazia face a todas as rubricas, não garantia que tal acontecesse futuramente. Continuando, frisou não ter mencionado vez alguma as AEC's e que aquilo que referiu foi que o artigo 39 do Decreto-Lei que regulamentava a transferência de competências, referia escola a tempo inteiro e tendo-se mostrado alguma preocupação no tocante à CAF no horário no período da tarde após o horário curricular e aquilo que mais preocupava de momento era a CAF aos alunos de 1º Ciclo não se encontrar a funcionar em qualquer horário, acrescentando que a transferência de competências em causa era uma preocupação de todos e tinham todo o direito de saber como estava a decorrer o processo para que juntamente com o executivo tentassem fazer com que a situação corresse da melhor maneira possível. -----

----- Quanto à questão das AEC's, o senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador informou que a alteração do horário letivo do 1º Ciclo foi efetuado de forma lateral não tendo o mesmo sido comunicado a quem de direito, tendo causado dificuldades, contudo e mesmo com todas as dificuldades causadas frisou que a referida União de Freguesias iniciou no dia vinte e seis de setembro as AEC's, cumprindo-se o que tinha sido subscrito em protocolo com a autarquia. Informou que foram introduzidas novas áreas no capítulo de cidadania, áreas essas que foram aceites pelo Agrupamento escolar por terem um papel muito importante dado que o seu objetivo era que futuramente os alunos se tornassem melhores cidadãos. -----

----- Relativamente às AEC's, o eleito José Pós-de-Mina comunicou que a competência das referidas atividades não era da União de Freguesia de Moura (Santo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, mas sim da Câmara Municipal e aquilo que a autarquia fazia era contratar a União de Freguesias ou outra associação para executar e lecionar as atividades mencionadas.-----

-----Novamente no uso da palavra e sobre a transição dos trabalhadores, a eleita Helena Pais aludiu que a Lei era bastante esclarecedora e que os Assistentes Operacionais e Assistentes Técnicos apenas transitavam para o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal.-----

-----Indo ao encontro das questões colocadas pela eleita Natália Pão-Duro e no tocante ao Convento do Carmo, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que a alteração ao projeto já tinha sido aprovada pela DRCA Alentejo (Direção Geral da Cultura do Alentejo) e que de momento se encontrava nos serviços da autarquia para aprovação, contudo devido ao longo período das escavações arqueológicas, a programação e regulação o promotor perdeu o financiamento, acrescentando que o promotor já se encontrava a laborar com o Turismo de Portugal para obter novo financiamento porque continuava a querer investir em Moura, tal como se verificava com a empreitada do hotel decorrente na Rua 5 de Outubro em que estava prevista a sua abertura para o mês de março ou abril do próximo ano. Quanto ao Mercado Municipal, informou que o projeto para o Balcão Único do Município de Moura e do próprio mercado já se encontrava no serviço de contratação pública e que para além de se efetuar o reforço estrutural do edifício, também se pretendia dar vida àquele espaço. Sobre a Lógica, aludiu que as máquinas estavam a chegar aos poucos mas que em outubro, novembro já estaria em condições para a sua reabertura.-----

-----Como era do conhecimento de todos, a Câmara Municipal tinha um assessor de imprensa e sempre que se pensava num determinado assunto era efetuada uma nota de imprensa, contudo o eleito José Pós-de-Mina lembrou que se estava perante um órgão que era o órgão deliberativo, em que a sua função era fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, no entanto existia informação importante que não era comunicada a todos os munícipes, como era o caso da Associação Princesa Salúquia que tinha um compromisso com o Concelho de Moura que não foi cumprido, sem ter sido comunicado qual o motivo da sua desistência. Seguidamente, informou que outra

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



situação era a obra do Convento do Carmo em que o senhor Presidente da Câmara deveria ter tido o cuidado de no início da reunião informar que o projeto de alteração tinha dado entrada na autarquia, qual era o sentido da sua alteração e que o promotor já não detinha do financiamento para executar a obra, acrescentando que embora o promotor tivesse a intenção, e vontade de a executar, não detinha os meios para tal. Por último, indicou que deveria existir mais clareza e transparência nas informações dadas aos munícipes, quer elas fossem positivas ou negativas.-----

-----No uso da palavra o eleito José Batista, questionou o senhor Presidente da Câmara o porquê decorrido um ano ainda não se ter iniciado a construção da Casa Mortuária de Póvoa de São Miguel e se a autarquia iria pressionar o governo para que as estradas do Concelho de Moura fossem reparadas, uma vez que as mesmas se encontravam bastantes degradadas.-----

-----Quanto à intervenção do eleito José Pós-de-Mina, o Senhor Presidente da Câmara comunicou que o executivo prestava todos os esclarecimentos que os vereadores da oposição e os eleitos da Assembleia Municipal, faziam quer em Reunião de Câmara, quer em Sessão da Assembleia. Sobre o Gabinete de Comunicação, realçou existir um tipo de comunicação que a autarquia não divulgava, que eram as obras inauguradas pela CDU, executadas pelo executivo do Partido Socialista. Relativamente ao Projeto da Casa Mortuária de Póvoa de São Miguel, disse ser uma obra essencial para a população daquela freguesia, porque os familiares tinham todo o direito de ter condições para se despedirem uma última vez dos seus entes queridos, aditando ainda que o projeto foi revisto e que o procedimento iria ser novamente lançado a concurso. Prosseguindo e acerca das estradas, informou que dentro dos recursos financeiros do município, a autarquia ia fazendo trabalhos nas vias que eram da sua responsabilidade e colaborando com as juntas na reparação dos caminhos vizinhais e reais de modo a resolver os problemas existentes. Quanto às estradas sob tutela das Infraestruturas de Portugal, informou que a Câmara iria continuar a fazer pressão no sentido de se efetuarem obras de conservação nas vias do concelho, lembrando que os trabalhos que a autarquia executava nas estradas sob responsabilidade das Infraestruturas de Portugal não tinham financiamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

comunitário, sendo os mesmos por conta dos recursos das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, acrescentando que se iria continuar a efetuar pressão junto das Infraestruturas de Portugal. -----

-----No tocante à Estratégia Local da Habitação e dado que a mesma tinha sido aprovada em junho do ano transato, a eleita Fátima Caro questionou o que se passava com a sua aprovação, uma vez que não se sabia se o Governo tinha validado a referida estratégia, nem quando a mesma começava a ser concretizada. -----

-----Seguidamente no uso da palavra e no tocante ao Código de Conduta aprovado em agosto de dois mil e vinte e publicado em setembro ou outubro do mesmo ano, código esse que estabelecia um conjunto de princípios e normas que deveriam ser observados especialmente pelos membros da Câmara Municipal no exercício de funções e na sua relação com terceiros, a eleita Ana Farinho gostaria de saber se existia algum balanço da aplicação do referido Código de Conduta desde que o mesmo tinha entrado em vigor e se já tinha sido criada ou não a sua comissão, tal como estava previsto no código em causa. -----

----- Para clarificar, o eleito José Pós-de-Mina informou que a CDU não fez nenhuma inauguração, pois aquilo que a coligação fez foi dizer que valorizavam a obra para a qual trabalharam e lutaram. Prosseguindo e da inauguração da central Fotovoltaica Flutuante de Alqueva, em que o Senhor Primeiro Ministro anunciou que iria ser dada uma compensação aos municípios pela existência daquela infraestrutura, solicitou à autarquia que fornecesse informações sobre que tipo de compensação em concreto é que estava perspectivada para o concelho. Continuando, lembrou que estavam em desenvolvimento vários projetos de centrais fotovoltaicas no concelho de Moura e sendo que a atual legislação previa uma compensação para os municípios onde as centrais eram instaladas, questionou o senhor Presidente como é que a questão estava a ser acompanhada pela autarquia. No âmbito do governo ter aprovado recentemente uma resolução em que um dos principais elementos era o chamado plano de poupança de energia que visava resolver os planos com que estávamos confrontados do ponto de vista de energia e em que uma das medidas das resolução identificava quinze barragens, sendo a Barragem de Alqueva uma das identificadas,

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



em que haveria contenção da utilização dos recursos hídricos para a criação de reservas estratégicas da água para serem acionadas no caso de o país necessitar de energia, mencionou ficarem preocupados com o assunto pelo simples motivo de que se poderia chegar a uma situação em que a água não sendo utilizada para a agricultura, viesse a servir como reserva para a produção de energia, logo posto isto questionou o executivo se já tinha alguma informação adicional sobre o assunto e caso não tivesse, recomendou que tentasse obter informação e posteriormente através do Gabinete de Comunicação ou outro meio de divulgação encaminhasse a informação aos eleitos dos órgãos autárquicos. -----

-----Sobre a questão da compensação ao município pela existência da Central Fotovoltaica Flutuante de Alqueva, o Senhor Presidente da Câmara informou que ainda não estava negociada qualquer compensação junto da EDP, contudo assim que houvesse novidades sobre o assunto em causa, comunicaria em Sessão da Assembleia Municipal. Quanto à situação da Barragem de Alqueva e os constrangimentos a que as barragens estavam sujeitas, transmitiu que a autarquia iria fazer chegar a informação, no entanto seria um assunto que iria ser abordado junto do Engenheiro José Salema. Por último e relativamente ao Código de Conduta, disse não existir nenhum balanço e que até à data ainda não tinha sido criada a respetiva comissão tal como o código previa. -----

-----Sobre o documento da Estratégia Local de Habitação, a vereadora Lurdes Balola aludiu que a autarquia efetuou um enorme esforço e empenho na sua criação, tendo o processo seguido todos os trâmites necessários, mas o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.) tinha outros *timings*, contudo a câmara e o IHRU estavam a apreciar o documento, verificando qual era o seu interesse e viabilizando todas as propostas que ao município tinha elencado no referido documento e que era um processo que o IHRU teria que finalizar, acrescentando que tudo indicava que até ao final do ano se iria assinar a parceria entre ambas as partes, no entanto realçou que atualmente já se estavam a desenvolver medidas que embora fizessem parte do documento, já se encontravam a ser implementadas, nomeadamente, a revisão do Regulamento que existia para os estratos sociais desfavorecidos, Moura-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

Habita, o processo contínuo da permuta de famílias fase às tipologias das habitações e a requalificação das Habitações Sociais que independentemente da assinatura da parceria com o IHRU, era um processo que estava sempre a decorrer dada a necessidade, pois existia um caminho que poderia ser sempre desenvolvido. -----

-----De acordo com a informação escrita pelo senhor Presidente da Câmara e no tocante à consolidação do Concelho de Moura como destino turístico de referência, a eleita Helena Pais referiu estarem preocupados porque quando algo estava consolidado e concretizado era sinal de que já nada havia a fazer, contudo para a CDU havia e poderia ser feita muita coisa no âmbito do Turismo, acrescentando que a informação apresentada pelo senhor Presidente da Câmara, não ia ao encontro do que era apresentado pela parte do Turismo da autarquia. Continuando, expôs que quem não reconhecia aquilo que era passado, também não conseguia projetar um futuro melhor para o Concelho de Moura e no entender da CDU, ainda havia muito caminho a ser feito no âmbito de se consolidar o Concelho de Moura como Concelho de referência no que tocava ao Turismo.-----

-----No uso da palavra e relativamente às feiras, o eleito José Oliveira comunicou discordarem a forma de atribuição das tasquinhas, pois visto o movimento associativo ter um papel relevante e de o Concelho de Moura ter um movimento associativo muito rico, o mesmo deveria ter preferência em relação às outras entidades, ou seja, o movimento associativo deveria ter sempre prioridade e haver um sorteio devido ao elevado número de associações, mas dado que atualmente essa questão não se verificava, sublinhou que a CDU discordava relativamente ao método utilizado. Seguidamente e dado que para além de ser uma atividade consolidada em termos de feiras, era também já uma tradição, questionou qual a razão de não ter efetuado o concurso de petiscos. -----

-----No uso da palavra, a eleita Maria José Silva frisou que valorizavam o empenho e trabalho diário dos funcionários da autarquia, no entanto e devido a alguns situações existentes questionou a autarquia se existia algum constrangimento a nível geral de alguns serviços prestados à comunidade, nomeadamente, a nível de limpeza dos arruamentos uma vez que havia zonas da cidade muito sujas, a nível de ruturas



dado que levavam algum tempo a serem reparadas e ainda a nível de pragas, pragas essas que de momento eram com alguma frequência. -----

-----Na sequência da questão colocada pela eleita Maria José Silva e tendo em conta que no início do atual mandato foi efetuada uma alteração à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal, nomeadamente no setor técnico com a criação de duas divisões, a DOSU (Divisão Operacional de Serviços Urbanos) e a DOTE (Divisão de Ordenamento do Território e Empreitadas), o eleito José Pós-de-Mina mencionou terem tido conhecimento que o chefe designado para a DOSU tinha ido embora, logo e dada a situação solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um balanço acerca da alteração na estrutura orgânica, ou seja, se estava tudo a decorrer com normalidade, se havia problemas e se as questões colocadas poderiam ter a ver com alguma questão da reorganização dos serviços. -----

-----Indo de encontro com a intervenção da eleita Helena Pais sobre a consolidação do Concelho de Moura como destino turístico de referência, o Senhor Presidente da Câmara informou que os números que detinham eram os números do Posto de Recepção ao Turista de visitantes ao Castelo e ao referido posto e que devido à proteção de dados, tornava-se cada vez mais difícil de se obter dados, contudo a autarquia ia executando iniciativas, contabilizando e rececionando os feedbacks quer da restauração, quer dos hotéis com quem a Câmara Municipal ia conversando acerca do assunto, acrescentando existir uma evolução positiva devido aos eventos, iniciativas e festividades que eram um fator de atratividade, o que contribuía para o alavancar do Concelho de Moura como destino turístico de referência. Continuando, realçou que na semana passada tinha sido inaugurado o espaço Contenda Natur, espaço esse que era mais um importante instrumento, não só para a divulgação do trabalho extraordinário que se efetuada na Herdade da Contenda e de tão importante património ambiental, como era também uma proposta de oferta, quer a quem visitava ao Concelho de Moura, quer a quem habitava no concelho e não conhecia a referida Herdade da Contenda. Quanto à atribuição das tasquinhas, informou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e que não poderiam apenas contar com o movimento associativo, mas sim também com os empresários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

locais, porque foram os empresários locais que ajudaram a resolver muitos problemas em maio. Relativamente ao concurso de petiscos, comunicou que o executivo não se revia no concurso nos moldes em que o mesmo era realizado, no entanto decorreu o concurso de méis que foi bem-sucedido, organizado e onde o júri efetuou um excelente trabalho durante o referido concurso, tendo a Herdade da Contenda ganho um prémio. Prosseguindo e sobre as questões de limpeza, indicou que a autarquia adquiriu equipamentos e ia reforçando os funcionários, contudo verificavam-se maus comportamentos, pois a autarquia e a União de Freguesias efetuavam a recolha de monos gratuitamente nas habitações e aquilo que se verificava era o depósitos de monos junto aos contentores de resíduos e dos ecopontos, tornando-se numa situação desagradável e na qual era necessário que houvesse uma colaboração com os municípios, acrescentando que devido a esse comportamento já tinham sido detetadas situações em que foram aplicadas coimas. Em relação às ruturas, citou que a autarquia tentava ser o mais célere possível e que apesar de ser a seção mais subcarregada de trabalho, a equipa ia conseguindo dar resposta aos problemas dentro daquilo que era o número de funcionários que integravam a equipa, realçando que a autarquia iria reforçar a parte operacional da DOSU. Acerca das pragas existentes, indicou que todos os anos eram efetuadas regularmente desbaratizações e desratizações e que o veterinário municipal tinha sempre o cuidado de acompanhar os processos realizados. Sobre os pombos estava-se a efetuar um trabalho de contensão da colónia existente em Moura e em Amareleja e que paulatinamente já se iam verificando resultados do trabalho efetuado até ao momento. Para finalizar e relativamente sobre a alteração na estrutura orgânica, indicou que as duas divisões tinham sido pensadas no sentido de se ter equilíbrio e de se dar uma resposta às necessidades do município. Quanto ao chefe da DOSU, informou que o mesmo saiu devido a ter tido um convite num município mais próximo da sua área de habitação, mas para colmatar tal situação a Câmara Municipal iria dar início ao concurso para chefe de divisão para a DOSU e para a DOTE. -----

-----Ainda sobre a atribuição das tasquinhas, o eleito José Pós-de-Mina disse que não deixava de ser curioso que para se defender de uma opção que foi errada, o



senhor Presidente da Câmara referisse que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade sem ter dado o direito quer aos eleitos da CDU em Reunião de Câmara, quer aos eleitos da Assembleia Municipal de manifestarem a sua discordância, acrescentando que o poder de iniciativa relativamente à proposta tinha sido do Presidente da Câmara e que os vereadores da oposição chamaram o executivo à atenção e manifestaram a sua opinião sobre o assunto. Prosseguiu referindo que futuramente a prioridade de atribuição das tasquinhas deveria ser facultada ao movimento associativo evitando assim que situação desconfortável. Continuando e porque não estava presente ninguém da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, reafirmou a desilusão relativamente à situação, contudo havia um conjunto de questões que deveriam ser colocadas sobre a situação daquela freguesia, questões essas que posteriormente iriam ser colocadas à câmara Municipal, com conhecimento aos eleitos da Assembleia Municipal. Outro assunto que deveria ser ponderado a fim de evitar dificuldades de funcionamento era a questão do horário e do funcionamento na realização das sessões da Assembleia Municipal. Por último e o tocante às senhas de presença, transmitiu que era importante que a questão fosse abordada, porque de acordo com pareceres existentes, o direito às senhas de presença era apenas por sessão e não por reunião, mesmo que a sessão tivesse a duração de cinco reuniões, não devendo existir qualquer impedimento relativamente ao número de reuniões, dado que aquilo que interessava era discutir os problemas que entendiam ser pertinentes discutir. - -----

----- Voltando à questão colocada na sua anterior intervenção, a eleita Maria José Silva referiu que não era sobre os assuntos de mau comportamento, mas sim sobre o conhecimento da existência de zonas cheias de ervas, com as ruturas que levavam muito tempo a serem reparadas, se por ventura o executivo sentia constrangimentos sobre a situação e se esses constrangimentos tinham a ver com o equipamento ou com a falta de trabalhadores. -----

----- Respondendo ao eleito José Pós-de-Mina sobre a atribuição das tasquinhas, o senhor Presidente da Câmara repetiu que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade e que todos estavam de acordo com a mesma, mas o certo é que as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

feiras tinham sido bem-sucedidas e que se iria continuar a inovar e a melhorar as feiras, tal como a Feira da Vinha e do Vinho de Amareleja que iria dar mais um passo, pois iria ser um momento importante para o Concelho de Moura porque o sucesso da autarquia no tocante às feiras era o sucesso de todo o município e concelho, acrescentando que tanto empresários como movimento associativo deram resposta ao solicitado, contudo não se poderiam esquecer que era necessário pesar todas as questões envolvidas para que cada vez mais se consiga que haja competência e profissionalismo a vários níveis porque aquilo que se proporcionava às pessoas não era apenas uma forma do movimento associativo obter receita, mas sim prestar um serviço quer nas tasquinhas, quer nos restaurantes. Continuou realçando que uma das associações das mais queridas do concelho que deve presença na feira, foi a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moura em que a própria Delta para além da tasquinha solidária, lhe facultou o stand no interior do Pavilhão 2. Sobre a questão das ruturas e das ervas, informou que já se verificava efeito através das aplicações mobile, porque através das aplicações mobile a autarquia recebia sinalização de rutura ou de zonas com ervas, conseguindo assim com maior celeridade possível dar resposta ao problema, o que era muito positivo pois demonstrava que a população do Concelho estava a colaborar com a autarquia no sentido da resolução dos problemas de todos os municípios.-----

----- APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

-----De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (DOC.03/12), que depois de lida, submetida à votação e aprovada por unanimidade, foi assinada, pelo Presidente José Domingos Negreiros Velez e pela Segunda Secretária, Maria do Carmo Cerejo Gonçalves Sampaio.-----

----- ENCERRAMENTO DA SESSÃO -----

Ata N.º 12 – Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Moura, realizada aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

-----Eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e dois, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e pela Senhora Segunda Secretária. -----

-----O Presidente, Juiz Da Silva -----

-----A Segunda Secretária, Carina Patrícia Ceriaco Quintas -----

